



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Atenção ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional de Macau

Para promover o desenvolvimento do ensino técnico-profissional do ensino não superior de Macau, o Governo da RAEM elaborou o Regime do ensino técnico-profissional do ensino não superior (adiante designado por “Regime”) [Nota 1], que entrou em vigor em Setembro do ano passado, a fim de aprofundar a ligação entre o ensino profissional não superior e o desenvolvimento das indústrias, e de aumentar a praticabilidade dos conteúdos pedagógicos em causa, clarificando, ainda mais, o caminho de desenvolvimento profissional dos respectivos alunos. No entanto, de acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ), no ano lectivo de 2022/2023, o número de alunos dos cursos técnico-profissionais do ensino secundário complementar de Macau é de 1031, representando apenas 7 por cento do total e, dos 40 cursos organizados, 25 não foram seleccionados pelos novos alunos, ou seja, quase metade dos cursos está a ser eliminada [Nota 2]. Mesmo tendo o novo regime entrado em vigor há menos de um ano, o Governo devia prestar atenção ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional, disponibilizando um bom terreno para a formação de pessoal técnico-profissional para Macau.

Em primeiro lugar, os cursos técnico-profissionais devem estar estreitamente relacionados com as futuras necessidades profissionais. Não é difícil verificar, através dos dados oficiais, que o número de alunos dos cursos técnico-profissionais nas áreas das tecnologias e das convenções e exposições é significativo, e isto



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

demonstra que os encarregados de educação e os alunos estão receptivos aos cursos profissionais com certa necessidade de desenvolvimento no futuro. Mas, como criar mais cursos técnico-profissionais que correspondam ao desenvolvimento das indústrias “1 + 4” de Macau e até ao desenvolvimento das indústrias da Grande Baía, isto depende da coordenação dos serviços competentes. Tomando como referência as disposições do Regime, compete aos serviços de educação organizar e proceder à coordenação entre as instituições, em termos de concepção e organização dos cursos técnico-profissionais, consoante a procura de recursos humanos na sociedade. No entanto, até ao momento, não se viu nada feito pelo Governo quanto ao estudo e à divulgação sobre a procura de talentos. Assim sendo, não há referência para a organização dos respectivos cursos, nem existem condições para atrair alunos a inscreverem-se nos referidos cursos, pelo que o aperfeiçoamento desses trabalhos no futuro merece a nossa consideração.

Por outro lado, o Governo deve reforçar a divulgação das vantagens do ensino técnico-profissional, a fim de eliminar a imagem tradicional da sociedade em relação a esse ensino. Na resposta a uma interpelação de um Deputado, o Governo afirmou que ia organizar, no corrente ano, actividades de divulgação sobre o ensino técnico-profissional [Nota 3]. No entanto, com o termo do prazo para as admissões nas escolas, para além do “Dia de Promoção do Ensino Técnico-Profissional – Desenvolver os sonhos e criar o futuro”, que teve lugar há dias [Nota 4], o Governo não avançou com qualquer trabalho de divulgação sobre o ensino técnico-profissional. Para além disso, em Outubro do ano passado, o Governo afirmou que ia ponderar apoiar as escolas particulares, para estas poderem alterar, a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

título experimental, os seus cursos teóricos, predominantes no ensino secundário complementar, para cursos técnico-profissionais nas áreas do comércio e da engenharia, etc., [Nota 5]. Acredita-se que estas medidas vão permitir que a sociedade retome os conhecimentos sobre o ensino técnico-profissional, e o seu andamento também merece a nossa atenção.

Por fim, segundo o Regime, os cursos do ensino técnico-profissional devem ser organizados pelas escolas em colaboração com as empresas, pelo sector ou pelas instituições de ensino superior, nomeadamente, no que diz respeito à concepção, à implementação e à avaliação dos cursos, bem como à organização da prática profissional e do estágio profissional. Com a forte promoção do Governo, sei que há 4 empresas que já assinaram “cartas de intenção de cooperação” com 2 escolas públicas e privadas do ensino não superior [Nota 6]. No entanto, nota-se que o conteúdo destas cartas se concentra, em geral, na oferta de oportunidades de estágio, ao passo que o conteúdo do programa do curso de apoio é pouco descrito e o âmbito da cooperação é limitado a um pequeno número de áreas profissionais. No futuro, como reforçar a cooperação entre as empresas e as instituições do ensino técnico-profissional, e, até, como introduzir instituições educativas mais reconhecidas, através do desenvolvimento da Grande Baía, são factores cruciais para o futuro desenvolvimento do ensino técnico-profissional de Macau.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, cerca de metade dos cursos técnico-profissionais não têm novas inscrições, assim sendo, como é que o Governo vai desempenhar, baseadas nas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

necessidades de recursos humanos, as funções de organização e coordenação dos cursos técnico-profissionais previstas no Regime, procedendo ao planeamento e ao ajustamento dos tipos de cursos técnico-profissionais no futuro? Quais são os apoios que o Governo vai prestar às escolas para enfrentar as dificuldades em termos de admissão de alunos e de articulação com os novos cursos?

2. De que planos e preparações concretos dispõe o Governo para reforçar a divulgação do ensino técnico-profissional em Macau? Para além disso, o Governo afirmou que ia apoiar as escolas particulares na organização de cursos técnico-profissionais nas áreas industrial e comercial. Qual é o ponto de situação desses trabalhos? Já houve resultados preliminares?
3. A cooperação entre as escolas e as empresas constitui a chave para o sucesso do ensino técnico-profissional. Então, qual é o papel das empresas, das instituições do ensino superior e do sector na concepção do conteúdo dos cursos e na sua leccionação? De que planos dispõe o Governo para promover a cooperação ao nível de cursos técnico-profissionais? Para além disso, o Governo deve aproveitar a cooperação com as empresas *Alibaba* e *Tencent*, entre outras da Grande Baía, convidando-as a apoiar as entidades educativas locais na promoção do desenvolvimento dos cursos técnico-profissionais. Vai fazê-lo?

Referência:

Nota 1: Lei n.º 22/2021 - Regime do ensino técnico-profissional do ensino não superior, <https://bo.io.gov.mo/bo/i/2021/28/regadm22.asp#22>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Nota 2: Estatística educativa não Superior, Tabela de dados estatísticos escolares, https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/internet/Inter_main_page.jsp?id=8525&langsel=P&

Nota 3: Resposta à interpelação escrita apresentada pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, em 23 de Fevereiro de 2023, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2023-03/6732364005d5a7eaaa.pdf>

Nota 4: A DSEDJ realizou o “Dia de Promoção do Ensino Técnico-Profissional – Desenvolver os sonhos e criar o futuro”, https://portal.dsedj.gov.mo/webdsejspace/addon/allmain/msgfunc/Msg_funclink_new_page.jsp?msg_id=96248&langsel=C

Nota 5: DSEDJ: Disciplinas das áreas industrial e comercial vão passar a ser cursos técnico-profissionais, *Macao Daily*, pág A03, 26 de Outubro de 2022, http://www.macaodaily.com/html/2022-10/26/content_1630408.htm

Nota 6: Igual à Nota 3.

5 de Maio de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ma lo Fong